

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS INFORME BRASIL Nº 093

Período: de 06/09/03 a 12/09/03

Franca – Brasil

- 1 - Devido a sua expansão, Farc ameaçam atingir território brasileiro
- 2 - Governo brasileiro efetua mudanças na comemoração da Independência do Brasil
- 3 - Prosseguem processo de investigação do acidente na base de Alcântara e discussão acerca do desenvolvimento de tecnologia aeroespacial no Brasil
- 4 - Matéria de *O Globo* aponta agravamento da situação material dos militares no governo Lula e Ministro da Defesa declara que orçamento para 2004 é insuficiente
- 5 - Militares são acusados de extorsão no Rio de Janeiro
- 6 - Presidente Lula recebe condecoração militar
- 7 - Acidente com helicóptero da Marinha brasileira
- 8 - Multa para porte de armas das Forças Armadas será maior que multa para porte de armas policiais

Devido a sua expansão, Farc ameaçam atingir território brasileiro

O *Estado de S. Paulo* publicou uma matéria acerca da presença da guerrilha colombiana na fronteira com o Brasil. O jornal forneceu um panorama da situação atual nas cidades fronteiriças de Leticia (na Colômbia) e Tabatinga (no Brasil). De acordo com a reportagem, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) mantêm em Leticia uma rede de inteligência e apoio logístico para a Frente Amazônica. Esta frente é responsável por desbravar e colonizar a região colombiana onde as Farc ainda não estavam instaladas. O acesso ao Brasil é feito por meio de uma avenida onde não há controle policial. O delegado Mauro Spósito, da Polícia Federal (PF) afirmou que os guerrilheiros controlam toda a região amazônica, exceto as áreas de guarnições militares. Desde 2000, Spósito coordena a Operação Cobra, uma operação conjunta do Brasil e da Colômbia que promove vistorias em todos os barcos que atravessam os rios, na tentativa de apreender carregamentos de armas e drogas e evitar a atuação das Farc no lado brasileiro. Em breve, o delegado deve receber leituras dos radares do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). O texto trata de episódios recentes ocorridos na região que ainda não foram completamente esclarecidos. Há pouco mais de um ano, uma lancha que levava armas tentou evitar a revista e foi afundada por uma patrulha do Exército. No mesmo local, foi apreendido um barco que transportava armas, em janeiro. O último deles ocorreu em julho, quando agentes do governo francês, desembarcados em sigilo de um avião militar chamaram a atenção da PF, que investigou o caso e descobriu que os agentes tinham a missão de acompanhar o irmão e marido da ex-senadora e ex-candidata à presidência da Colômbia Ingrid Betancourt (de nacionalidade francesa), em poder da guerrilha há um ano e meio; os agentes foram enviados devido a uma mensagem das Farc que anunciavam sua libertação, que não ocorreu. Os guerrilheiros chegam a instalar pedágios nos rios da região e a cobrar imposto dos produtores de coca. A produção de drogas na região tem crescido significativamente nos últimos anos e, segundo o jornal, deve ser acompanhada em breve pela chegada de paramilitares.

O *Estado* informou que o procedimento padrão das Farc há quarenta anos apresenta uma seqüência de instalação do plantio de coca, estabelecimento da guerrilha, reforço do Exército e reação paramilitar, compondo então um cenário de guerra civil. Nesta semana, um guerrilheiro das Farc foi deportado para a Colômbia pelas autoridades brasileiras, sob acusação de promover a troca de armas por cocaína na fronteira Brasil-Colômbia. Foi capturado em Santo Antônio, no lado brasileiro e entregue à polícia secreta da Colômbia. A cooperação foi a solução apontada para o combate aos delitos “globalizados” na reunião de segurança urbana ocorrida no México, conforme noticiou a *Folha de S. Paulo*. O encontro contou com a presença de representantes de Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Haiti, Guatemala, Nicarágua, Peru, Panamá, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. (Folha de S. Paulo – Mundo – 06/09/03; O Estado de S. Paulo – Internacional – 07/09/03)

Governo brasileiro efetua mudanças na comemoração da Independência do Brasil

O presidente Lula revelou que promoveria uma festa da independência de caráter mais popular e com menos símbolos militares do que o praticado desde a regime militar; primeiramente foi abolido o desfile em carro aberto e a festa de gala que anteriormente era realizado no Palácio do Itamaraty, com ministros e embaixadores dos países com representação no Brasil, e, ainda, posteriormente foi aumentada a participação de escolas e de movimentos da sociedade civil. Segundo o jornal *O Globo* isso teria provocado um leve mal-estar com as autoridades militares, que na “capital só autorizaram a realização de espetáculos musicais depois das 16h”, frustrando o desejo do presidente brasileiro. Na comemoração da cidade do Rio de Janeiro, foram abolidos os blindados e outros veículos mais pesados, e, segundo ressaltou o mesmo jornal - utilizando a fala do ministro da Defesa José Viegas -, a razão não teria sido a falta de recursos. (Folha de S. Paulo – Brasil – 06/09/03; Folha de S. Paulo – Brasil – 07/09/03; Jornal do Brasil – Brasil – 06/09/03; O Globo – O País – 08/09/03)

Prosseguem processo de investigação do acidente na base de Alcântara e discussão acerca do desenvolvimento de tecnologia aeroespacial no Brasil

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) indicou três nomes para integrar a comissão de investigação do acidente do Veículo Lançador de Foguetes-1 (VLS-1), ocorrido no dia 22. Os indicados foram Carlos Henrique de Brito Cruz, físico e reitor da Universidade de Campinas (Unicamp); Fernando Zawislak, físico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e Thyrso Vilella, astrônomo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Também a Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira de Física devem mandar suas indicações. A comissão será composta por um dos três indicados presentes em cada lista, por um representante das famílias das vítimas e ainda oito membros do Centro Técnico Aeroespacial (CTA): o brigadeiro-do-ar Marco Antonio Couto do Nascimento, o tenente-coronel-engenheiro Carlos Kasemodel e os engenheiros Mauro Dolinsky, Ariovaldo Palmério, Luís del Monaco, Adriano Gonçalves, Ramon Cardoso e Paulo Sakai. No dia 08, o ministro de Ciência e Tecnologia Roberto Amaral afirmou que o acidente não afetou o centro de lançamentos nem a produção de satélites pelo país. Em coluna na *Folha de S.*

Paulo, o físico Marcelo Gleiser declarou que “suspender a corrida espacial seria impossível, pois no caso do Brasil, é imprescindível que o país atinja ao menos um nível básico de independência em tecnologia espacial, de modo a não ter de pagar à França, aos EUA ou à China para lançar os seus satélites”. Além disso, a *Folha de S. Paulo* informou que a Câmara dos Deputados criou uma comissão externa para fazer um diagnóstico técnico sobre o acidente com o VLS-1 e uma avaliação mais ampla do programa espacial brasileiro. Os parlamentares que a compõem poderão se deslocar ao Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão, e ao Centro Técnico Aeroespacial (CTA), em São José dos Campos, no Estado de São Paulo, para executar os trabalhos. A coordenação da comissão está a cargo do deputado Coraucci Sobrinho (PFL-SP). A idéia de criar a comissão veio após a manifestação de instituições como a SBPC pelo estabelecimento de um grupo desvinculado da Aeronáutica para avaliar as causas do acidente. Os membros nomeados pela Aeronáutica para a comissão são todos ligados ao projeto do CLS. Após as pressões iniciais por independência, além dos membros da SBPC, da Sociedade Brasileira de Física, da Academia Brasileira de Ciências e de um representante das famílias das vítimas, foram convidados também especialistas russos. A nova comissão parlamentar pretende apresentar um diagnóstico mais detalhado e abrangente do programa espacial brasileiro. Em pauta estarão os problemas de financiamento do programa, o impacto da construção do CLA na população local e as suspeitas de sabotagem e de falhas técnicas durante os preparativos para o lançamento. No dia 09 no ministro Viegas confirmou, em audiência pública na Câmara dos Deputados, que houve queima nos transdutores de pressão do VLS-1 antes do acidente, mas negou, contudo, a relação do incidente com o incêndio na plataforma, segundo matéria da *Folha de S. Paulo*. Participaram da audiência ainda o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, além do comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno, que descartaram a hipótese de que o VLS tivesse problemas elétricos. “Não houve nenhum relato que nos levasse a essa informação”, afirmou Viegas. “Adotamos medida de segurança para garantir o controle de sinais eletrônicos”, disse Bueno. Viegas e Amaral afirmaram que nenhuma hipótese pode ser descartada, mas dificilmente houve sabotagem. Bueno confirmou que havia três navios na região: dois prestando serviços para a Petrobrás e outro dos Estados Unidos. Na mesma audiência os ministros anunciaram que o Brasil retomou as negociações com os Estados Unidos para uso comercial da Base de Lançamento de Alcântara pelos americanos. Viegas afirmou que o novo acordo com os EUA não atinge a soberania do País. As famílias das vítimas da explosão do VLS em Alcântara, no Maranhão, se reuniram ontem, em São José dos Campos, para discutir o que vão conversar com o ministro da Defesa, José Viegas. O encontro entre parentes e ministro está marcado para hoje. “Vamos falar sobre o direito às indenizações e também pedir para que o programa continue”, disse o empresário Félix Varejão. Segundo Félix, o principal pedido das famílias é para que o programa do VLS continue. (*Folha de S. Paulo – Ciência – 06/09/03; Folha de S. Paulo – Ciência – 07/09/03; Folha de S. Paulo – Ciência – 08/09/03; Estado de S. Paulo – Geral – 06/09/03; Folha de S. Paulo – Ciência – 10/09/03; O Estado de S. Paulo – Geral – 10/09/03; Folha de S. Paulo – Ciência – 12/09/03*)

Matéria de *O Globo* aponta agravamento da situação material dos militares no governo Lula e Ministro da Defesa declara que orçamento para 2004 é insuficiente
A *Folha de S. Paulo* noticiou que no dia 05, o ministro José Viegas declarou ser o orçamento de R\$ 4,1 bilhões para a pasta em 2004 insuficiente, mas – segundo o jornal - Viegas se mostrara cauteloso ao fazer a declaração, já que o presidente Lula teria dito que não queria reclamações. Viegas afirmou que a defesa necessita de R\$ 7 bilhões para tocar seus projetos, entre eles a criação em Goiânia (GO) de uma força de ação rápida que poderia dar cobertura rapidamente a diversas partes do país, que custaria ao Estado R\$ 300 milhões. Além disso, estariam previstas as modernizações de tanques de guerra e das fragatas da classe Niterói, o reparo de 50% dos equipamentos das forças - que estão inoperantes por falta de manutenção. Também foi apresentado ao presidente um relatório a respeito da compra de um novo avião presidencial, cujo processo de concorrência envolve apenas a Boeing e a Airbus - a Embraer ficou de fora da licitação pois não fabrica jatos de longo alcance. Segundo Viegas, o dinheiro para a compra não sairá da defesa. Ainda sobre o orçamento destinado às Forças Armadas, o jornal *O Globo* apontou que, apesar de Lula ter uma excelente relação com os militares, a situação de penúria financeira das Forças Armadas se agravou em seu governo, se comparada ao governo anterior. *O Globo* demonstrou que em 2001 o orçamento das Forças Armadas foi de R\$ 6,9 bilhões, caindo para R\$ 5,4 bilhões em 2002 e para R\$ 3,2 bilhões neste ano. Atualmente falta verba para recrutamento, fardamento e até para combustível. No último dia 12, o Ministro da Defesa José Viegas, os três comandantes militares e o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, reuniram-se para tratar do assunto. (Folha de S. Paulo – Brasil – 06/09/03; *O Globo* – O País - 12/09/03)

Militares são acusados de extorsão no Rio de Janeiro

O Comando da Aeronáutica informou em nota, no dia 07, que encerrou na sexta-feira (05) a investigação de nove militares acusados de roubar, extorquir dinheiro e furtar pedestres enquanto estavam de guarda no Monumento aos Mortos da 2.^a Guerra Mundial, no Rio. Os suspeitos estão presos na Base Aérea do Galeão. O caso foi denunciado ao 3.^o Comando Aéreo Regional por colegas dos militares, cujos nomes são mantidos sob sigilo. Em 23 de julho, os três roubaram e extorquiram um casal e furtaram um pedestre. No Inquérito Policial Militar, as vítimas reconheceram alguns suspeitos. No dia 27, os militares foram indiciados e tiveram as prisões preventivas decretadas. A guarda do monumento é feita por meio de um rodízio das Forças Armadas. A cada mês, a segurança desse ponto turístico é realizada por militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que se revezam. Em julho, mês em que ocorreram os assaltos, militares da Aeronáutica estavam encarregados de fazer este trabalho. (*O Globo* – Rio – 08/09/03; *O Estado de S. Paulo* – Cidades – 08/09/03)

Presidente Lula recebe condecoração militar

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, na quarta-feira (10), a medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar, encerrando uma polêmica que surgiu há cinco

meses: em fevereiro, Lula foi convidado para receber a medalha no mês de abril, pelo então presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Olympio Pereira da Silva Júnior, mas, segundo informou *O Estado de S.Paulo*, o presidente não compareceu à cerimônia e o Planalto agendou outra data. Olympio foi responsável, em 1980, como promotor em Manaus, pelo pedido de prisão preventiva do então sindicalista Lula e de outros militantes, com base na já extinta - Lei de Segurança Nacional, por estarem “incitando” a população em Brasília, no Acre, área sob a jurisdição dele. Na cerimônia realizada, no Planalto, Lula discursou, afirmando que “a Justiça Militar também tem um pouco de relação com a minha trajetória política”. (*O Estado de S.Paulo – Nacional – 11/09/03; Folha de S.Paulo – Brasil – 11/09/03*)

Acidente com helicóptero da Marinha brasileira

Um oficial da Marinha desapareceu na madrugada da quarta-feira (10) após a queda de um helicóptero Super Lynx, prefixo M-40-07, na entrada da Baía de Guanabara (Estado do Rio de Janeiro). Três militares estavam a bordo: o cabo Alexandre Francisco da Silva e os capitães Washington Luís de Paula Santos e Danilo Guedes Ramos. Só os dois primeiros foram resgatados com vida por tripulantes de uma fragata. O comandante José Luís Fernandes, da Força Aeronaval de São Pedro de Aldeia, na Região dos Lagos (também Estado do Rio), afirmou que ainda não é possível determinar a causa do acidente. Os militares participavam de um treinamento e se chocaram contra a fragata quando iam pousar na embarcação. O comandante Fernandes não informou qual dos capitães pilotava o helicóptero. Segundo o comandante, são bastante comuns os vôos a baixa altitude, próximos da água, durante exercícios militares. O helicóptero Super Lynx integra o esquadrão HA-1 (Primeiro Esquadrão de Helicópteros de Esclarecimentos e Ataques) da Base Naval. A Marinha possui 13 equipamentos do mesmo tipo. Segundo os militares, esses aparelhos podem ser empregados em tarefas como busca e salvamento de pessoas em alto-mar, transporte de tropas e ataques a alvos de superfície, além de eventuais ataques a alvos submarinos. (*O Estado de S. Paulo – Cidades – 11/09/03; O Globo – Rio – 11/09/03*)

Multa para porte de armas das Forças Armadas será maior que multa para porte de armas policiais

De acordo com *O Globo*, uma comissão mista de deputados e senadores elaborou o projeto do Estatuto do Desarmamento em julho deste ano, tornando mais rigorosos os critérios para compra de armas e proibindo a concessão de porte destas, exceto para as categorias profissionais que precisam usá-las. O porte de arma deverá constituir-se em crime inafiançável, sendo a pena de dois a quatro anos para armas de uso civil e de três a seis anos se a arma for de uso exclusivo de Forças Armadas. (*O Globo – O País – 12/09/03*)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand (bolsista FAPESP), Adele Godoy, Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsistas CNPq/Pibic) e Leonardo D'Alvedove bolsista Reitoria/Unesp), e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.